

ENSINO A DISTÂNCIA, EDUCAÇÃO A DISTÂNCIA, APRENDIZAGEM A DISTÂNCIA: CONCEITOS E DIFERENÇAS¹

Carlos Daniel Romanzini² - Administrador

Resumo: Destacar as diferenças em expressões comumente utilizadas pelas pessoas, principalmente da área de ensino, que podem vir a prejudicar e confundir as definições de determinadas expressões e o entendimento entre interlocutores. A diferenciação dos termos juntamente com suas respectivas definições apresentadas pelos autores auxiliará no entendimento dos mesmos.

Palavras-chave: Ensino a distância. Educação a distância. Aprendizagem a distância.

A grande variedade de definições e conceitos relacionados a ensino a distância, educação a distância e aprendizagem a distância reporta à necessidade de se aprofundar cada um desses aspectos. Vários autores apresentam diferentes formas de definição para esses três tópicos. Este artigo tem o objetivo de condensar essas definições e diferenciar seu significado.

Inicialmente deve-se destacar as diferenças entre os termos ENSINO, EDUCAÇÃO e APRENDIZAGEM. É possível perceber essas diferenças, muito significativas, no Dicionário da Língua Portuguesa.

Tabela 1 – Definição de Ensino, Educação e Aprendizagem

Termo	Definição
ENSINO	Transmissão de conhecimentos, informações ou esclarecimentos úteis ou indispensáveis à educação (2) ou a um fim determinado; instrução. Esforço orientado para a formação ou a modificação da conduta humana; educação. Adestramento, treinamento.
EDUCAÇÃO	Ato ou efeito de educar(-se). Processo de desenvolvimento da capacidade física, intelectual e moral da criança e do ser humano em geral, visando à sua melhor integração individual e social. Os conhecimentos ou as aptidões resultantes de tal processo; preparo. Aperfeiçoamento integral de todas as faculdades humanas. Conhecimento e prática dos usos de sociedade; civilidade, delicadeza, polidez, cortesia. Arte de ensinar e adestrar animais; adestramento. Arte de cultivar as plantas e de as fazer reproduzir nas melhores condições possíveis para se auferirem bons resultados.
APRENDIZAGEM	Ato ou efeito de aprender, especialmente profissão manual ou técnica. O exercício ou prática inicial da matéria aprendida; experiência, tirocínio.

Fonte: Dicionário Aurélio Eletrônico – século XXI – Versão 3.0 – novembro de 1999

¹ Trabalho de Conclusão da Disciplina Teorias e Práticas de Ensino ministrada pelo professor Dr. Jayme Paviani, 2001.

² Proprietário de microempresa e aluno do Mestrado em Administração PPGA/UCS: 1999/2002

Percebe-se pela definição do dicionário que o termo ENSINO está mais ligado às atividades de instrução e treinamento. O termo EDUCAÇÃO refere-se à prática, ao ato e ao processo e está, de certa maneira, vinculado à Arte. APRENDIZAGEM refere-se mais ao ato ou ao efeito de aprender.

Outras diferenças são destacadas na própria origem da palavra:

Tabela 2 – Origem de Ensino, Educação e Aprendizagem

Termo	Definição em latim
ENSINO	Do baixo latim “in” + “signare”: prefixo “in” = na direção ou na intenção de, e “signare” = assinalar, marcar, de “signum” = sinal.
EDUCAÇÃO	Do latim “editor”, quele que produz; de “edere” (“ex” + “dare”), dar de si, ser autor de, criar, gerar.
APRENDIZAGEM	Do latim “apprehendere” = apoderar-se.

Fonte: Pequena Enciclopédia de Moral e Civismo. 3º ed. – 1978

Etimologicamente, a aprendizagem é, pois, aquisição de conhecimento ou habilidade. Ela pode ser definida como um processo de integração e adaptação do ser ao ambiente em que vive, implicando, pois, mudanças de comportamento. Entretanto, convém lembrar que nem toda modificação de comportamento decorre da aprendizagem; há modificações provindas da maturação natural, ou seja, do crescimento e desenvolvimento orgânico, e outras acarretadas por doenças ou lesões, de caráter transitório ou permanente. A aprendizagem é um processo que dura a vida inteira.

Apesar de todas as pesquisas feitas até hoje, ainda se sabe relativamente pouco a respeito do processo de aprendizagem, principalmente devido ao fato de se conhecer muito pouco sobre a mente humana. Parece que, quanto mais conhecimentos se obtém, mais se percebe o quão pouco se sabe.

“Aprendizagem é a competência de reconstruir o saber acumulado de maneira permanente” (Demo, 1998, p. 35).

A expectativa construída de que a aprendizagem seria algo apenas cumulativo, tal qual processo de estocagem de conteúdos, é eliminada a partir dos resultados mais consistentes de modernas teorias da aprendizagem. Nelas se descobre que aprender é umas das marcas mais típicas da competência humana e significa um esforço reconstrutivo pessoal e coletivo. O significado do estilo reconstrutivo representa um movimento histórico-cultural de aprender do ser humano. De um lado existem fases estruturais que precisamos vencer uma após a outra, como a passagem da infância para a adolescência, para a maturidade e por fim para a velhice. De outro lado, a dinâmica da passagem se dá no confronto com a realidade e sobretudo com a sociedade.

Segundo Demo, a aprendizagem supõe também um aspecto desconstrutivo, no sentido que é preciso deixar para trás patamares superados, o que garante a

introdução do novo, que é, no fundo e tipicamente, um esforço de reconstrução, também no sentido de retomada.

Demo (1998) enfatiza em seu livro a inexistência de aprendizagem a distância, ou seja, a distância se pode resolver muitas coisas que cercam a aprendizagem, como é o caso do acesso à informação, do estudo individual, da busca e coleta de dados, etc.

Chaves (1999) apresenta também outra contradição para a expressão aprendizagem a distância: “A educação e a aprendizagem são processos que acontecem, de certo modo, dentro da pessoa – não há como possam ser realizados a distância. Tanto a educação como a aprendizagem (com a qual a educação está conceitualmente vinculada) acontecem onde quer que esteja o indivíduo que está se educando ou aprendendo – não há como fazer, nem sequer entender, ‘teleeducação’ e ‘teleaprendizagem’.

Piaget (1993, apud Volpato et al., 1998) afirma que, para que um indivíduo aprenda, é necessário que ele seja o agente de sua aprendizagem. Botkin et al. (1979) dizem que a aprendizagem é um enfoque tanto do conhecimento como da vida, o que destaca a iniciativa humana. É, ainda, segundo Coll (1996), a contribuição para o desenvolvimento da humanidade, na medida em que aprender não é copiar ou reproduzir a realidade. Compreende a aquisição e prática de novas metodologias, novas destrezas, novas atitudes e novos valores, necessários para viver em um mundo em constantes transformações.

Portanto, fica claro que aprender, para um mundo cuja ênfase é a imprevisibilidade, a impermanência, não é um processo que conduz à acumulação de novos conhecimentos, mas à integração, modificação, ao estabelecimento de relações e à coordenação entre esquemas de conhecimento que já possuíamos, dotados de uma certa estrutura e organização que varia, em vínculos e relações, a cada aprendizagem que realizamos (Coll, 1996).

Nos anos 70, o psicólogo organizacional David Kolb (apud Ruas, 2001) concebeu o ciclo de aprendizagem vivencial que integra, numa mesma sistemática, atividades relacionadas à ação (experiência vivenciada e decisão), com atividades vinculadas à reflexão (observação, análise, avaliação, reconceptualização e generalização, etc.) e que tem, portanto, um papel fundamental nesse tipo de aprendizagem.

Kolb define: “A aprendizagem é o processo em que o conhecimento é criado através da transformação da experiência.” Argyris e Schon (apud Kim, 1998) argumentam que a aprendizagem só acontece quando novos conhecimentos são traduzidos em diferentes comportamentos que sejam replicáveis. Para Piaget (apud Kim, 1998), a chave para a aprendizagem reside na interação mútua da acomodação (adaptação de nossos conceitos mentais baseados em nossa experiência no mundo) e da assimilação (integração de nossa experiência a conceitos mentais existentes).

A aprendizagem, para esses autores, é, então, o processo pelo qual o ser humano se prepara para fazer frente às novas situações. É o resultado de uma atividade do próprio homem, que desenvolve estratégias muito próprias para aprender. Ninguém aprende no lugar de outrem. Sob este ponto de vista, não há aprendizagem que não seja uma auto-aprendizagem.

Percebe-se, pois, a variedade de conceitos propostos por diversos autores para a definição de aprendizagem. Esse fato salienta a complexidade da mente humana, evidenciando um espaço inimaginável que lhe propicia a oportunidade de construir, desconstruir e reconstruir um quantidade significativa de situações que tentam justificar seus atos e sua existência.

Ensino e aprendizagem são os dois pólos de um mesmo processo, entendido o ensino como a ação sistemática, ordenada e intencional de transmissão de conhecimentos e experiências, e a aprendizagem como o resultado dessa ação.

Pode haver ensino sem aprendizagem e é o que ocorre, muitas vezes, quando o mestre não consegue sintonizar com o aluno, e fala sem ser ouvido. É possível, também, haver aprendizagem sem ensino intencional e, na verdade, nesse sentido os indivíduos aprendem mais do que lhes é ensinado.

Evidenciando a expressão do citado dicionário para ensino, isto é: “Transmissão de conhecimentos, informações ou esclarecimentos úteis ou indispensáveis à educação ou a um fim determinado; instrução; esforço orientado para a formação ou a modificação da conduta humana...”, pode-se afirmar que essa expressão está mais próxima de ser aceita, uma vez que ensinar é um processo externo, com a expressão “a distância”. Desta forma tem-se “ensino a distância” ou “telensino” como a forma mais correta de expressão.

Chaves (1999) afirma que ensinar a distância é perfeitamente possível e, hoje em dia, ocorre o tempo todo – como, por exemplo, quando se aprende através de um livro que foi escrito para ensinar alguma coisa, ou se assiste a um filme, programa de televisão, ou vídeo que foram feitos para ensinar alguma coisa, etc. A expressão "ensino a distância" faz perfeito sentido porque quem está ensinando – o "ensinante" – está "espacialmente distante" (e também distante no tempo) de quem está aprendendo – o "aprendente" (O termo "distância" foi originalmente cunhado para se referir ao espaço, mas pode igualmente ser bem aproveitado para se referir ao tempo).

Impulsionada pelos avanços nas telecomunicações, a modalidade ensino, a distância deslança em meados do século XX, embora seus registros remonte às cartas de Platão e Epístolas de São Paulo. Historicamente, tem-se em Guttenberg o propulsor tecnológico, com o advento da prensa, quando este começou a imprimir a Bíblia Guttenberg, em 1450; posteriormente, Morse e Graham Bell incrementam, com seus inventos, o processo das telecomunicações (Volpato et al., 1998).

A sistematização do ensino a distância deu-se com a necessidade de treinamento dos recrutas durante a Segunda Guerra Mundial, quando o método foi aplicado tanto para a recuperação social dos vencidos egressos dessa guerra,

quanto para o desenvolvimento de novas capacidades profissionais para uma população oriunda do êxodo rural. Porém, o ensino a distância não ficou restrito ao momento pós-guerra. Foi amplamente utilizado por diversos países, independentemente do seu poder econômico ou da detenção de tecnologia, tendo sempre como escopo a minimização de seus problemas sociais. Atualmente, mais de 80 países atendem a milhares de pessoas, com sistemas de ensino a distância em todos os níveis, em sistemas formais e não formais.

Neto (1998) destaca que novas metodologias e técnicas são incorporadas, novos e mais complexos cursos são desenvolvidos, novos horizontes se abrem pelo ensino a distância utilizado no ensino superior, não apenas para cursos de extensão ou preparatórios de exames, mas como estratégia alternativa para cursos de graduação e de especialização. Embora mantendo a utilização de materiais de apoio didático escritos, como sua base, o ensino a distância passa a incorporar de forma articulada e integrada princípios, processos e produtos que o desenvolvimento científico e tecnológico vem colocando a serviço da comunicação e da informação. Já não é mais possível, no quadro de uma palestra, de um estudo e mesmo de um relatório, dar plenamente conta do estado atual do ensino a distância no contexto internacional. Em 1984, Lord Perry publicou seu informe "The State of Distance-Learning Worldwide", mas só conseguiu que um terço das instituições procuradas enviasse respostas aos questionários. Mesmo assim, é importante constatar esse já remoto registro documentado sobre os seguintes fatos:

- mais de oitenta países desenvolviam ensino a distância;
- mais de dois milhões de estudantes estavam inscritos no ensino a distância;
- 696 programas em 26 línguas foram registrados;
- havia programas de ensino a distância em todos os níveis da educação, na educação permanente e comunitária.

Hoje, o ensino a distância tornou-se tema freqüente em análises e propostas educacionais. Tanto no âmbito dos sistemas de ensino, quanto nas áreas de formação e treinamento profissional, as ações se multiplicam.

Ensino é uma parte da educação, não é toda a educação. Educação é, essencialmente, o processo de desenvolvimento e formação da personalidade e tem por finalidade a formação do homem de caráter. A educação é um processo vital, para o qual concorrem forças naturais e espirituais, conjugadas pela ação consciente do educador e pela vontade livre do educando. Não pode, pois, ser confundida com o simples desenvolvimento ou crescimento dos seres vivos, nem com a mera adaptação do indivíduo ao meio. A educação é uma atividade criadora, que visa levar o ser humano a realizar as suas potencialidades físicas, intelectuais, morais e espirituais.

A educação não se reduz à preparação para fins exclusivamente utilitários, como uma profissão, nem para desenvolvimento de características parciais da personalidade, como um dom artístico, mas abrange o homem integral, em todos os aspectos de seu corpo e de sua alma, ou seja, em toda a extensão de sua vida

sensível, espiritual, intelectual, moral, individual, doméstica e social, para elevá-la, regulá-la e aperfeiçoá-la.

A educação, como a aprendizagem, é um processo contínuo, que começa nas origens do ser humano e se estende até a morte. Entretanto, apresenta uma fase intensiva e sistemática, visando de modo especial à infância, adolescência e juventude, com esforço para transmissão do patrimônio cultural da humanidade às novas gerações. Para essa transmissão cooperam a família, a Igreja e o Estado, dentro de suas atribuições e seus direitos, que têm origem na ordem natural e sobrenatural.

Toda educação se baseia numa filosofia de vida, e cada indivíduo tem o direito de ser educado de acordo com a filosofia de vida da família a que pertence, pois esta tem prioridade relativamente à educação da prole por ser a instituição familiar anterior à sociedade civil, anterior à Igreja e anterior ao Estado. Como a família não dispõe, em si mesma, de todos os meios indispensáveis à efetivação do seu direito de educar, ela pode delegar poderes para esse fim à escola, através de uma escolha consciente, que assegure a manutenção dos princípios básicos de uma concepção de vida e dos justos anseios e esperanças com os quais ela alicerça o destino de seus filhos.

Por outro lado, o direito da família quanto à educação da prole, embora seja inviolável, não é despótico. Cabe ao Estado, como promotor do bem comum, proteger a prole quando venha a faltar, física e moralmente, a ação educativa dos pais, por defeito, incapacidade ou indignidade. Entretanto, o Estado não pode substituir a família, mas apenas suprir-lhe as deficiências e providenciar os meios adequados para a educação das novas gerações, sempre em harmonia com os direitos naturais e sobrenaturais da criatura humana.

A educação é um dos direitos fundamentais do homem, consignado no art. 26 da Declaração Universal dos Direitos Humanos. A Constituição brasileira estabelece no seu art. 8º, XIV, a competência da União para legislar sobre as diretrizes e bases da educação nacional. No art. 176 ela determina: “A educação, inspirada no princípio da unidade nacional e nos ideais de liberdade e solidariedade humana, é direito de todos e dever do Estado e será dada no lar e na escola.” Nos artigos seguintes, ela indica a quem cabe ministrar o ensino, estabelece as bases da legislação, trata dos recursos financeiros, dos sistemas de ensino e dos aspectos da sua atuação.

Com relação à educação a distância, a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional n. 9.394, de 20 de dezembro de 1996, apresenta o art. 80, no Título VIII: Das Disposições Gerais que contém as determinações sobre o Ensino/Educação a Distância, que são as seguintes:

- o Poder Público deve incentivar o desenvolvimento e a veiculação de programas de ensino a distância;
- o ensino a distância desenvolve-se em todos os níveis e modalidades de ensino e de educação continuada;
- a educação a distância organiza-se com abertura e regime especiais;

- a educação a distância será oferecida por instituições especificamente credenciadas pela União;
- caberá à União regulamentar requisitos para realização de exames; para registro de diplomas relativos a cursos de educação a distância;
- caberá aos sistemas de ensino normatizar a produção, controle e avaliação de programas e autorizar sua implementação;
- poderá haver cooperação e integração entre os diferentes sistemas;
- a educação a distância terá tratamento diferenciado, que incluirá: custos reduzidos na transmissão por rádio e televisão; concessão de canais exclusivamente educativos; tempo mínimo gratuito para o Poder Público, em canais comerciais.

Para Perry e Rumble (apud Nunes, 1994), a principal característica da educação a distância é que ela é estabelecida através de uma comunicação de dupla via, na medida em que o professor e o aluno não se encontrem juntos na mesma sala, requisitando meios que possibilitem a comunicação entre ambos. Paldes (1999) evidencia mais essa afirmação, salientando que a educação a distância pode ser entendida quando professores e alunos estão separados fisicamente, utilizando de diversas formas de comunicação para superar a limitação da separação. Pode-se citar o exemplo da correspondência postal, eletrônica, do telefone, fax, rádio, CD (*Compact Disk*) ou DVD (*Digital Video Disk*) e a mais popular de todas, a televisão, entre muitos outros.

Perry e Rumble afirmam que existem muitas denominações utilizadas corretamente para descrever a educação a distância, como: estudo aberto, educação não-tradicional, estudo externo, extensão, estudo por contrato, estudo por contrato e estudo experimental. Contudo Nunes salienta que essas denominações não descrevem de forma precisa educação a distância. Moore & Kerrsley reforçam essa afirmação, entretanto destacam a frequência de uso do termo educação aberta como sinônimo de educação a distância, mas salientam que o conceito de um é diferente do outro. Educação aberta, segundo os autores, relaciona-se à idéia e que os alunos são capazes de escolher o assunto a estudar, enquanto na educação a distância o aluno pode estar limitado, ou não, a pré-requisitos para escolher as disciplinas que deseja cursar.

Nunes apresenta também que a educação a distância pressupõe um processo educativo sistemático e organizado que exige não somente a via dupla de comunicação, como também a instauração de um processo continuado, onde os meios ou os multimeios, mais conhecidos como multimídia (Roberts, apud Naves, 1998), devem estar presentes na estratégia de comunicação. Nunes destaca também que o público, os custos operacionais e a eficácia para a transmissão, recepção, transformação e criação do processo educativo vão influenciar significativamente na escolha dos meios ou da multimídia.

A maioria dos autores provavelmente utiliza a expressão educação a distância evidenciando um processo externo ao indivíduo. Entretanto, Chaves (1999) afirma, como foi citado antes, que: "...são processos que acontecem, de

certo modo, dentro da pessoa..." é um processo interno ao indivíduo. Chaves afirma ainda que a expressão "teleducação" é, etimologicamente, sinônima de "educação a distância" – e, portanto, padece dos mesmos vícios desta. Mas é uma expressão ainda mais inadequada do que "educação a distância", por sugerir aos desavisados que "teleducação" tem a ver com "educação pela televisão". Entretanto "teleducação" não representa educação por televisão, como o termo pode sugerir superficialmente. O inicial do termo vem do grego *tele*, ou seja ao longe, ou, no caso da língua portuguesa, a distância. O mesmo sentido se pode adotar para a expressão teleaprendizagem. Sendo assim, é possível acentuar que a expressão mais correta deveria ser o ensino a distância.

Não resta dúvida de que a educação pode acontecer através do ensino, e que este pode ser feito a distância. Também não resta dúvida, porém, que a educação pode acontecer através da auto-aprendizagem, da aprendizagem que não é provocada por nenhum processo de ensino, mas que acontece através das interações de uma pessoa com a natureza, com outras pessoas e com o meio cultural em que vive.

No entanto é preciso elucidar que, muitas vezes, os termos empregados para definir determinadas situações podem desorientar a verdadeira proposta, criando confusões na mente do indivíduo. A dualidade, ou até a multiplicidade de definições interfere significativamente no processo de aprendizagem, pois, já passado o processo de construção do conhecimento individual, será necessário desconstruí-lo para depois reconstruí-lo. Nesse caso, uma atenção em especial a terminologia das palavras pode auxiliar na eficiência do aprendizado individual.

Referências Bibliográficas

ÁVILA, Fernando Bastos de. *Pequena enciclopédia de moral e civismo*. 3. ed. rev. e atual. Rio de Janeiro: FENAME, 1978.

CHAVES, Eduardo O. C. Tecnologia na educação, ensino a distância, e aprendizagem mediada pela tecnologia: conceituação básica. *Revista Educação da Faculdade de Educação da Pontifícia Universidade Católica de Campinas*, ano III, número 7, novembro de 1999 [on line] Disponível: <http://www.edutecnet.com.br/Textos/Self/EDTECH/EAD.htm> [Texto capturado em 02 de Julho de 2001].

DEMO, Pedro. *Questões para a teleducação*. Petrópolis, RJ: Vozes, 1998.

FERREIRA, Aurélio Buarque de Holanda. *Dicionário Aurélio Eletrônico - século XXI - Versão 3.0*. Editora Nova Fronteira e Lexikon Informática, Novembro de 1999.

GONÇALVES, C. T. F. Quem tem medo do ensino a distância. *Revista Educação a Distância*, n. 7-8, 1996, INED/IBASE. [on line] out., 1998. Disponível: <http://www.cglobal.pucrs.br/~greptv/bibead> (Hyperlink) [capturado em 19 dez. 1999].

KIM, D. H. O Elo entre a aprendizagem individual e a aprendizagem organizacional. In: KLEIN, D. A. *A gestão estratégica do capital intelectual*. Rio de Janeiro: Qualitymark, 1998.

LAASER, Wolfram. *Desenho de software para ensino à distância*. [on line] Disponível: <http://www.cglobal.pucrs.br/~greptv/bibead> [Texto capturado em 02 de Julho de 2001].

LANDIM, C. *Educação a distância*. [on line] Hyperlink: <http://www.cglobal.pucrs.br/~greptv/bibead>. Disponível: <http://www.cciencia.ufrj.br/educnet/eduead.htm> [Texto capturado em 02 de Julho de 2001].

LEITE, Lígia Silva. *Temas e questões estratégicas para o desenvolvimento da EAD*. [on line] Disponível: <http://www.cglobal.pucrs.br/~greptv/bibead> [Texto capturado em 02 de Julho de 2001].

MOORE & KEARSLEY. *Study guide for distance education: A Systems View*. [on line] revisado em março de 1997. Disponível: <http://www.gwu.edu/~ed> [capturado em 14 de dez. 2000].

NAVES, Carlos. *Educação continuada e a distância de profissionais de Ciência da Informação no Brasil via Internet*. Dissertação de Mestrado em Ciência da Informação. Universidade de Brasília, 1998. [on line] revisado em março, 1999. Disponível: <http://www.intelecto.net/cn-ead>. [capturado em 08 dez. 1999].

NETO, Francisco José da Silveira Lobo. *Educação a distância: regulamentação, condições de êxito e perspectivas*. [on line] Disponível: <http://www.cglobal.pucrs.br/~greptv/bibead> [Texto capturado em 02 de Julho de 2001].

NUNES, Barros Ivônio. Noções de educação a distância. *Revista Educação a Distância* n. 4/5, dez./93-abr/94 Brasília: Instituto Nacional de Educação a Distância, p. 7-25. [on line] Disponível: <http://www.cglobal.pucrs.br/~greptv/bibead> [Texto capturado em 02 de Julho de 2001].

RUAS, Roberto Lima. *Gestão das competências gerenciais e a aprendizagem nas organizações*. Porto Alegre, RS: PPGA/UFRGS, mimeo, 2001.

PALDES, Roberto. *O uso da internet na educação superior de graduado: estudo de caso de uma universidade pública brasileira*. Dissertação de Mestrado. Universidade Católica de Brasília, abril de 1999. [on line] <http://www.geocities.com/CapeCanavera/Launchpad/5606/docl.html> [capturado em 30 set. 1999].

SHERRY, L. Issues in distance learning. *Journal of educational telecommunications*, 1 (4), 337-365. University of Colorado at Denver. [on line] (1996) revisado em abril de 1997. [on line] Disponível: <http://www.cglobal.pucrs.br/~greptv/bibead> [Texto capturado em 02 de Julho de 2001].

VOLPATO et al. *Mídia e conhecimento: educação a distância*. UNIVALI/ProPPex/GeaD. [on line] fev., 1998 revisado em março, 1999. [on line] Disponível: <http://www.cglobal.pucrs.br/~greptv/bibead> [Texto capturado em 02 de Julho de 2001].

WICKERT, Maria Lucia Scarpini. O futuro da educação a distância no Brasil. Palestra apresentada na mesa redonda "*O futuro da educação a distância no Brasil*", promovida pelo Centro de Educação Aberta, Continuada / CEAD, da Universidade Católica de Brasília, em 05/04/99. [on line] Disponível: <http://www.cglobal.pucrs.br/~greptv/bibead> [Texto capturado em 02 de Julho de 2001].